



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2018.

COMUNICAÇÃO Nº 128/18 – TJD/RJ

DECISÃO DA “1ª” COMISSÃO DISCIPLINAR REGIONAL - CDR - TJD/RJ

Sob a Presidência do Auditor Marcio Alvim Trindade Braga, presentes os Auditores Dra. Renata Deschamps Lagares, Dr. Walter Francisco Junior, Dr. Rafael de Medeiros Espindola, Dr. Francesco Carlo Retondaro Marino e o Procurador Dr. Igor Victorino da Silva Pereira, ausente o Dr. Dario Correa Filho, reuniu-se às 16 horas e 28 minutos do dia 07 de maio de 2018, no Auditório do Tribunal de Justiça Desportiva no Plenário Dr. Homero das Neves Freitas, situado à Rua do Acre nº 47, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, a “1ª” Comissão Disciplinar Regional, tomando as seguintes deliberações.

1) Aprovada a ata da sessão anterior;

2) Processo: nº 040/18

1º) Denunciado: Matheus Felipe Reis dos Santos (atleta do América FC)

Tipificação: Art. 254-A, II do CBJD

2º) Denunciado: Vitor Gabriel Claudino Rego (atleta do CR Flamengo)

Tipificação: Art. 254-A n/f 157, II do CBJD

Jogo: CR Flamengo X América FC

Categoria: Sub 20 – Série A

Data jogo: 28/02/2018

Representante legal dos denunciados: Dr. Mauro Chidid (América FC) e Dr. Rodrigo Frangeli (CR Flamengo)

Auditor relator: Dr. Rafael de Medeiros Espindola

Defesas devidamente credenciadas junto a este Tribunal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Depoimento pessoal: Vitor Gabriel Claudino Rego – RG: 29426897-2 – DETRAN/RJ

Perguntado pelo relator, respondeu:

“Que após um lançamento do zagueiro do Flamengo pelo alto o depoente se chocou com outro denunciado, tendo ambos caído ao solo; que após ambos se levantaram sem que tenha havido nenhuma agressão; que foi em direção ao outro denunciado por conta da intensidade da jogada.”

Perguntado pelo presidente, respondeu:

“Que acredita que foi expulso por conta de uma interpretação equivocada da árbitra.”

Perguntado pela procuradoria, respondeu:

“Que ratifica os termos.”

Perguntado pela defesa, respondeu:

“Que no momento dos fatos estava cinco a zero para o Flamengo.”

Perguntado pela defesa do América FC, respondeu:

“Que o placar final foi de oito a zero para o Flamengo.”

Depoimento pessoal: Matheus Felipe Reis dos Santos, dispensado por unanimidade.

Resultado: Por unanimidade suspenso o 1º denunciado em 01 (uma) partida quanto à desclassificação do art. 254-A, II para o art. 250 do CBJD.

Por unanimidade suspenso o 2º denunciado em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à desclassificação do art. 254-A na forma do 157, II para o art. 250 do CBJD.

3) Processo: nº 106/18

1º) Denunciado: CR Vasco da Gama

Tipificação: Arts. 211 c/c 213, I, II, §1º n/f 184 do CBJD

2º) Denunciado: Caio Vinicius da Conceição (atleta do Fluminense FC)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Tipificação: Art. 254 do CBJD

3º Denunciado: Samuel Salustiano de Jesus Silva (atleta do Fluminense FC)

Tipificação: Art. 258-A do CBJD

4º Denunciado: Hugo da Conceição Medeiros (CR Vasco da Gama)

Tipificação: Arts. 258-B e 243-F, §1º n/f do 184 do CBJD

5º Denunciado: Guilherme Bravin de Assis Pinto (árbitro)

Tipificação: Art. 266 do CBJD

Jogo: CR Vasco da Gama X Fluminense FC

Categoria: Sub 20 – Série A

Data jogo: 21/04/2018

Representante legal do denunciado: Dr. Paulo Rubens de Souza Maximo Filho (CR Vasco da Gama) Dr. Carlos Francisco Potinho (Fluminense FC) e Dra. Ester Freitas (árbitro)

Auditor relator: Dr. Rafael de Medeiros Espindola

Defesas devidamente credenciadas junto a este Tribunal.

Apresentada prova de vídeo pela procuradoria e três vídeos pela defesa do Fluminense FC.

Requerida juntada de prova documental, constante de laudo do corpo de bombeiro do dia 18/08/17; laudo de segurança do dia 09/06/17; laudo de solicitação de policiamento recebido em 20/04/18.

Informante de defesa do CR Vasco da Gama: Marcio de Menezes Nogueira – RG: 092314749 – IFP/RJ

Sob o argumento de o depoente ser jurisdicionado, se insurge a defesa do CR Vasco da Gama contra a oitiva do depoente na qualidade de informante, o que foi levado a plenário e por unanimidade, mantida a classificação da prova.

Perguntado pelo relator, respondeu:

“Que é superintendente de patrimônio; que o informante fez todas as solicitações aos órgãos competentes referentes a segurança da partida de acordo com o que é previsto para a categoria, tais como corpo de bombeiros, polícia militar, delegacia da área; que contou ainda com a segurança dos funcionários orgânicos do clube; que fica sabendo o efetivo da PM na hora do evento desportivo, sendo a polícia militar responsável pelo dimensionamento das pessoas para garantir a segurança; que indagado sobre o planejamento da partida destacou com ênfase que em categorias de base não existem incidentes desta natureza de forma costumeira; que não foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

feita nenhuma comunicação diferenciada por se tratar de um jogo final; que estava presente no dia do jogo.”

Perguntado pelo auditor Francesco Carlo Retondaro Marino, respondeu:

“Que não houve comunicação de atendimento médico após o ocorrido; que foi disponibilizado em torno de vinte a trinta seguranças por parte do Vasco da Gama.”

Perguntado pela procuradoria, respondeu:

“Que a segurança dedicada a torcida adversária era de aproximadamente três a quatro homens; que não houve contato entre as duas torcidas e que os seguranças dedicados aos visitantes abriram os portões que dão acesso ao vestiário e que esses seguranças acompanharam a torcida até a saída do estádio.”

Perguntado pelo patrono do CR Vasco da Gama, respondeu:

“Que a torcida do Vasco ficou do lado das sociais por questões de logística e segurança; que tendo em vista que a confusão entre os atletas se deu do lado oposto das sociais todos os homens que faziam a segurança da torcida do Vasco tiveram que se deslocar ao local dos fatos; que não sabe dizer a razão pela qual o GEPE não faz a segurança de jogos das equipes de base; que acredita que seja por motivo da crise pela qual passa o Estado, mas que seria de grande valia ter um policiamento especializado nessas ocasiões; que há mais ou menos três anos o Vasco retirou as grades que ficam do lado das sociais; que desde que foi diminuído o alambrado este é o primeiro episódio deste tipo, incluído aí as competições internacionais.”

Dispensado o Depoimento pessoal do segundo denunciado, Caio Vinicius da Conceição.

Depoimento pessoal: Samuel Salustiano de Jesus Silva – RG: 270894678 – DETRAN/RJ

Perguntado pelo Auditor Francesco Carlo Retondaro Marino, respondeu:

“Que fez a comemoração típica na frente da torcida do Fluminense, não tendo a intenção de provocar a torcida adversária.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Perguntado pela auditora Renata Deschamps, respondeu:

“Que na sua opinião a torcida do Vasco já queria invadir o campo após a expulsão do denunciado Caio Vinicius; que neste momento uma mulher que parecia ser uma torcedora do Vasco chegou a invadir o campo; que o jogo envolvia uma tensão normal de um clássico em uma final.”

Perguntado pelo auditor Walter Junior, respondeu:

“Que nunca fez a sua comemoração típica antes da fazer um gol.”

Perguntado pela procuradoria, respondeu:

“Que já se deparou com uma situação desta de ficar de frente do gol sem goleiro e não fez sua comemoração típica antes do gol.”

Perguntado pelo patrono do Fluminense FC, respondeu:

“Que tinha certeza que aquele gol por ser no último minuto de jogo seria o gol do título da Taça Rio.”

2º Depoimento pessoal: Hugo da Conceição Medeiros – RG: F0359479 – DPF/RJ

Perguntado pelo relator, respondeu:

“Que não estava relacionado para o jogo; que é atleta do Vasco da Gama da categoria sub 20.”

Perguntado pelo presidente, respondeu:

“Que são parcialmente verdadeiros os fatos narrados na súmula; que participou da corrente no vestiário e que vendo a confusão quis apartar seus companheiros até mesmo porque já jogou no Fluminense e tem vários amigos lá; que de fato falou para o árbitro que a responsabilidade pelo incidente era dele, mas que não proferiu nenhum xingamento.”

Perguntado pela procuradoria, respondeu:

“Que estava vendo o jogo nas sociais e que pulou no gramado para apartar a confusão.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Perguntado pelo patrono do Vasco da Gama, respondeu:

“Que havia muitos atletas ao seu lado.”

3º Depoimento pessoal: Guilherme Bravin de Assis Pinto – RG: 120421383 – DIC/RJ

Perguntado pelo relator, respondeu:

“Que não considera a comemoração do denunciado Samuel um ato infracional; que não relatou nenhuma agressão entre os atletas por não ter visto nenhum fato deste tipo.”

Perguntado pela auditora Renata Deschamps, respondeu:

“Que ratifica os termos da súmula e tem convicção que os xingamentos partiram da pessoa do denunciado Hugo da Conceição.”

Perguntado pela advogada da arbitragem, respondeu:

“Que após o gol que gerou toda polêmica ficou distante dos fatos para que pudesse identificar supostas infrações, mas nesse momento o quarto árbitro lhe alertou que a torcida do Vasco estava invadindo o campo; que desta maneira correu para o vestiário para preservar sua integridade física; que a entrada do vestiário dos árbitros é do lado oposto ao local dos fatos; que deu seis minutos de acréscimo em decorrência das paralizações e que o gol se deu no ultimo minuto da prorrogação.”

Perguntado pelo patrono do CR Vasco da Gama, respondeu:

“Que levou menos de dois minutos entre ser alertado pelo quarto árbitro até chegar ao seu vestiário; que cruzou com vários atletas do Vasco da Gama, inclusive o denunciado Hugo que não havia sido relacionado; que no momento em que se dirigia para sair do campo ouviu as palavras proferidas pelo denunciado Hugo.”

A douta procuradoria requereu reclassificação para o art. 250 em relação ao 2º denunciado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Resultado: Por unanimidade absolvido o 1º denunciado quanto à imputação do art. 211 e multado em R\$20.000,00 (vinte mil reais) e perda de 02 (duas) partidas de mandos de campo quanto à imputação do art. 213, I, II, §1º do CBJD.

Por unanimidade absolvido o 2º denunciado quanto à imputação do art. 254 do CBJD.

Por maioria absolvido o 3º denunciado quanto à imputação do art. 258-A do CBJD. Vencido o presidente e o Dr. Walter Junior que aplicavam 01 (uma) partida convertida em advertência.

Por maioria suspenso o 4º denunciado em 01 (uma) partida quanto à imputação do art. 258-B e absolvido quanto ao art. 243-F, §1º do CBJD. Vencida a Dra. Renata Deschamps Lagares que desclassificava do art. 243-F, §1º para o art. 258, absorvendo o art. 258-B, e aplicava suspensão de 01 (uma) partida.

Por unanimidade absolvido o 5º denunciado quanto à imputação do art. 266 do CBJD.

Prazo de dez dias para pagamento da pena pecuniária, a contar da data da publicação.

4) Processo: nº 115/18

1º)Denunciado: Victor Leonardo Rodrigues Andreino (atleta do Volta Redonda FC)

Tipificação: Art. 250 do CBJD

2º)Denunciado: Waint Clair Neves Moreira (atleta do Bonsucesso FC)

Tipificação: Art. 254, §1º, II do CBJD

3º)Denunciado: Carlos Henrique de Brito Baptista Junior (atleta do Bonsucesso FC)

Tipificação: Art. 254, §1º, I do CBJD

Jogo: Bonsucesso FC x Volta Redonda FC

Categoria: Sub 17 – Série A

Data jogo: 14/04/2018

Representante legal do denunciado: Dra. Ana Luiza Antunes Amarante, assistida pelo Dr. Marcelo Mendes (Volta Redonda FC) e ausente (Bonsucesso FC)

Auditor relator: Dr. Walter Francisco Junior

Juntado substabelecimento pela defesa do Volta Redonda FC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Resultado: Por maioria suspenso o 1º denunciado em 01 (uma) partida convertida em advertência quanto à imputação do art. 250 do CBJD. Vencido o auditor Rafael Espindola que absolvía.

Por unanimidade suspenso o 2º denunciado em 01 (uma) partida quanto à imputação do art. 254, §1º, II do CBJD.

Por unanimidade suspenso o 3º denunciado em 02 (duas) partidas quanto à imputação do art. 254, §1º, I do CBJD.

5) Conforme art. 170 § 2º do CBJD, fica o atleta amador isento do pagamento da pena pecuniária.

6) Todos os apenados com previsão dos benefícios do art. 182 do CBJD, gozarão dos mesmos por ocasião dos cumprimentos das obrigações. Deverá ser observado o § 2º do art. 170 do CBJD.

7) Todos os resultados dos julgamentos da presente sessão foram proclamados ao término de cada julgamento, em conformidade com o disposto do art. 133 do CBJD.

8) OS PAGAMENTOS DAS PENAS PECUNIÁRIAS DEVERÃO SER QUITADOS EM ATÉ 10(DEZ) DIAS, A PARTIR DA DATA DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO. CABE RESSALTAR, QUE NO MESMO PRAZO DEVERÁ SER COMPROVADO JUNTO À SECRETARIA DESTE E. TRIBUNAL, O PAGAMENTO DE TAL OBRIGAÇÃO, NOS MOLDES DO CONTIDO NO ART. 176-A § 1º DO CBJD, SOB PENA DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO.

9) Os atletas não profissionais fazem jus ao benefício do art. 182 CBJD(redução da pena pela metade).

10) O Procurador se manifestou em todos os processos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

11) Sem mais, foi encerrada a sessão às 19 horas e 40 minutos.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2018.

Marcio Alvim Trindade Braga
Presidente da Comissão

Amanda Abreu
Secretaria - TJD